

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

ATA 67ª DA REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 23/06/2015

PAUTA:

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.15	Credenciamento	Secretaria Executiva
2	8.30	Abertura e aprovação pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
3	8.40	Aprovação da ata da 66ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
4	9.00	Informes da Câmara Técnica de Credenciamento de Ater	Miriam Fuckner
5	9.10	Informes da Câmara Técnica de Desenvolvimento Rural	Miriam Fuckner
6	9.20	Projetos aprovados no PRORURAL	Jefferson Meister
7	9.30	Realização das conferências de ATER e SAN	Miriam Fuckner e Valeria Nitsche
8	10.10	Informações sobre o PAA – DESAN/SEAB	Valeria Nitsche
09	11.10	Informações sobre Web Conferência Plano Safra 2015/16 para a Agricultura Familiar	Francisco Carlos Simione Osmar Schultz
10	11.30	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do Cedraf	Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
11	12.00	Assuntos Gerais	
12	12.30	Encerramento	

1 Aos vinte e três dias do mês de Junho de dois mil e quinze, realizou-se a
2 sexagésima sétima reunião do Cedraf, nas dependências do Instituto Emater no
3 município de Curitiba – Paraná. Estiveram presentes vinte e um conselheiros
4 titulares e dez suplentes no exercício da titularidade, totalizando trinta e um
5 atingindo o quorum para deliberação, mais um representante da Ocepar e vinte
6 convidados. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Elsidio Emilio Cavalcante – Fórum
7 de Entidades der ATER não governamental; Gilson Nogueira Farias – Sicredi; Nilton
8 Agner Junior – Rede Ecovida; Marcos Junior Brambilla – Fetaep; Ivo Barreto Melão
9 – Câmara Agroecologia; Lucia de Jesus Buzato- Rede de Colegiados Territoriais;
10 Denilson Pasin – Deser; Nilson Hanke Camargo - Faep; Alexandre Leal dos Santos
11 – Câmara Setorial de Juventude Rural; Bernardo Camilo da Silva – Ceagro; Lauro
12 Krczezanoski- Fepar; Ivori Fernandes - Unicafe; Antonio dos Santos Vaz Filho –
13 Appa; Paulo Cezar Rodrigues Brizola - Cca; Bernardo Vergopolen – Fetraf; Andreia
14 Claudino – Sebrae; **Conselheiros do poder público:** Norberto Anacleto Ortigara -
15 Seab; Benedito Luiz Almeida - Emater; Margit Hauer – SEMA/IAP; Eloir Carlos
16 Grande – SETI; Claudio Palozi- ALEP; Leoni Terezinha Suzuki - SEED; Rosane
17 Gonçalves – SEDS; Nestor Bragagnolo- SPL; Adelar Antonio Motter- Iapar; Ailton
18 Santos da Silva - SFA; Maciel Botelho Machado – Embrapa; José da Encarnação
19 Leitão – MDA; Thamisis Camila Piaskowski - Conab; Cyro Fernandes Corrêa Júnior
20 – INCRA; Antonio Luiz Vanderlei Kawa – AMP; e como convidados: Renato
21 Hillmann – Aopa; Antonio Ricardo Neto – Território Integração Norte Pioneiro;
22 Glaison Orlando Dantas – Acars/Vale do Ribeira; Alexandre- Acars; Rafael de
23 Mattos – Alep; Carlos Cardoso - Conab; Carlos Bittencourt – SEGE; Rogério
24 Barbosa Macedo – UENP; Dant Danilo de Macedo - DFDAPR/MDA; Roger Daniel
25 de Souza Milléo – Iapar; Ednilson Pereira Gomes – Iapar; Jefferson Meister – Seab;

26 André da Costa Mosselim - Cenater/Pr; Francisco Paulo – Iapar; Rogério da Silva
27 Almeida – Prefeitura Mallet; Alexandre Monterio - Ocepar; Irani de Souza - Cedeia;
28 Javier Macchiavello – Forum de Ater; Márcia Stolarski - Seed; Manoel dos Santos -
29 SEAB; Marcos Roberto Santos - Emater. **Faltas justificadas:** ARCAFAR,
30 Representação das Mulheres Rurais e CRESOL. **Faltas sem justificativas:**
31 Federação dos Pescadores, Quilombolas, Ocepar e Rede Puxirão. Compôs a mesa
32 o Secretário e Presidente do Cedraf Norberto Ortigara e a Secretária Executiva do
33 Conselho Miriam Fuckner. **2. Abertura e aprovação da pauta:** O Secretário
34 Ortigara fez a abertura da reunião. Em seguida apresentou a pauta que foi
35 aprovada pelo plenário do Conselho, havendo a inclusão da representante da SEED
36 Marcia Stolarski, para tratar da operacionalização do PNAE, ocorrendo inversões na
37 ordem dos assuntos da pauta. **3. Aprovação da ata da 66º Reunião** que foi
38 enviada anteriormente por meio eletrônico, mas que se encontrava incompleta,
39 motivo pelo qual sua apreciação ficou adiada para a próxima reunião. Os **itens 4 e**
40 **5** da pauta não foram tratados, tendo em vista que as atividades das câmaras
41 estiveram concentradas na organização da conferência de ATER. **6. Realização**
42 **das conferências de ATER e SAN –** Miriam esclareceu que foi proposto realizar
43 as conferências de SAN e ATER em conjunto, devido a relação entre os temas,
44 além de objetivar o melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros.
45 Como as conferências de SAN já foram convocadas pelo CONSEA nacional e já
46 tem seus prazos definidos e o CONDRAF acenou com a possibilidade de fazer a
47 conferência de ater nacional, a Câmara de ATER do CEDRAF se reuniu e tomou a
48 decisão, uma vez que a reunião do Cedraf somente aconteceria em junho.
49 Juntamente com a divulgação do Plano Safra, o ministro Patrus Ananias convocou
50 a conferência de Ater prevista para o ano de dois mil e dezesseis. A conferência de
51 SAN já esta discutida e aprovada no CONSEA estadual, necessitando dar
52 encaminhamento para as propostas da conferência de ATER. Existe um calendário
53 das conferências municipais de ATER e de SAN que deverão ocorrer até trinta de
54 junho. As conferências regionais ocorrem simultâneas de SAN e ATER no período
55 de oito a vinte e quatro de julho. Todas essas conferências regionais já estão
56 marcadas, a conferência estadual de SAN, ocorrerá em quatorze e quinze de
57 agosto e para a de ATER se aguardará as orientações do CONDRAF. Todos os
58 encaminhamentos foram elaborados e aprovados na câmara de ATER, sendo que
59 todas as entidades que a compõem foram convidadas, mas participam da comissão
60 o MDA, Fórum de entidades de ATER não governamental, a Emater, a Fetaep e
61 Fetraf. O objetivo da conferência de ATER é proporcionar um ambiente favorável
62 para que o poder público e a sociedade civil possam avaliar a política de ATER e
63 propor um plano estadual de ATER para o Paraná. O tema proposto é “O
64 Fortalecimento da ATER para o Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário –
65 DRSS”, com quatro eixos: I. - Demandas e Ofertas de ATER a partir do Plano de
66 DRSS; II - Abrangência da ATER - publico beneficiário; III - Metodologia para uma
67 ATER inclusiva; IV. Sistema de ATER – Organização, Gestão e Financiamento. A
68 apresentação feita por Miriam segue anexa a esta ata, com mais detalhes sobre o
69 assunto. A secretaria de agricultura assumiu o custo financeiro das conferências
70 regionais de ATER e SAN, prevendo alcançar um publico de dois mil participantes
71 em dezesseis conferências regionais. Os conselheiros titulares ou suplentes do
72 Cedraf são considerados delegados natos para a conferência Estadual de ATER,
73 porém devem comprovar participação através de assinatura em lista de presença,
74 em no mínimo em uma conferência regional. Miriam esclareceu que a conferência
75 estadual esta prevendo a participação de cento e cinquenta delegados provenientes
76 das conferências regionais, sendo dois terços da sociedade civil, distribuídos da
77 seguinte forma: noventa por cento de agricultores familiares contemplando também

78 os beneficiários da reforma agrária e do PNCF, além de dez por cento para cotas,
79 bem como dez por cento de entidades de ATER, conforme distribuição feita em
80 documento entregue para apreciação dos conselheiros. Um terço dos participantes
81 será de representantes do poder público distribuído em trinta e cinco por cento para
82 ATER oficial estadual; trinta e cinco por cento para ATER municipal, vinte por cento
83 para núcleos de extensão das universidades estaduais e federal, além de dez por
84 cento para entidades federais, ligadas a pesquisa e extensão. Também foi
85 apresentado o calendário das conferências regionais, destacando-se a importância
86 das entidades de ATER e das organizações dos agricultores familiares buscarem se
87 integrar nos municípios e na região tendo em vista a importância da participação
88 desses setores nas conferências. É importante o movimento da sociedade civil para
89 realmente participar nas conferências de SAN e de ATER. Miriam destacou a
90 importância das entidades dos representantes dos agricultores familiares
91 participarem na conferência regional de SAN, ocasião em que são formadas as
92 Comissões Regionais de SAN, sendo que destas são escolhidos os conselheiros
93 para o Consea estadual, o qual atualmente carece desta representação. Miriam
94 solicita aos conselheiros uma análise atenta da distribuição de delegados por
95 região, para juntamente com o Manual da conferência, encaminhado anteriormente,
96 possam ser apreciados, alterados se necessário e após, colocados para aprovação,
97 sendo que a partir destes documentos será elaborado o Regimento da Conferência,
98 pela Câmara de ATER. O Presidente Norberto relatou aos conselheiros que
99 participou do lançamento do Plano Safra, destacando que houve aumento de vinte
100 por cento no Pronaf, juntamente com o aperfeiçoamento do seguro, recursos para
101 financiar a assistência técnica pelo governo federal, o fortalecimento dos serviços
102 de inspeção sanitária, instalação de pequenas agroindústrias, fortalecimento do
103 cooperativismo da agricultura familiar, ênfase na questão da agroecologia,
104 sementes crioulas e não aos transgênicos, recursos para compras do PAA e
105 PNAE, além do decreto que determina a compra de trinta por cento das compras do
106 governo para abastecer entidades públicas federais, oriundos da agricultura familiar.
107 As chamadas públicas deverão direcionar o atendimento de ATER para no mínimo
108 vinte e cinco por cento de jovens e cinquenta por cento de mulheres rurais, num
109 esforço de agir mais diretamente com este público. O Secretário considera todo
110 este contexto propício para a discussão da ATER nas conferências. Neste momento
111 o Presidente do CEDRAF apresentou desculpas e ausentou-se da reunião para
112 receber a Ministra Katia Abreu em visita ao Paraná. O Deputado Palozzi, que
113 também se ausentaria solicitou a palavra e declarou que realizou uma enquête em
114 nome do bloco agropecuário da assembleia, sobre assuntos a serem priorizados
115 para compor um plano de ação a ser trabalhado pelo bloco parlamentar, na qual
116 foram ouvidas muitas lideranças ligadas ao setor agropecuário. O resultado obtido
117 apresentou entre as principais prioridades a assistência técnica, estrutura viária,
118 conservação de solo e água, agroindustrialização, diversificação da produção e
119 habitação rural, os quais serão tratados em congressos regionais. O primeiro evento
120 será realizado na cidade de Umuarama dia vinte e sete de agosto, com o apoio da
121 UNIPAR, SEAB, Emater, Ocepar, Fetaep, Faep. Apresentou uma proposta de pauta
122 para o congresso e solicita sugestões dos conselheiros. Nilton Agner Junior da
123 Rede Ecovida sugere que entre os cinco temas trabalhados, os temas diversificação
124 da produção e a agroecologia fiquem integrados, focando como prioridade no
125 Paraná. Marcos da Fetaep sugeriu destacar na definição do público, o termo
126 agricultura familiar por que é assim que os agricultores se identificam. Cyro do Inca
127 sugere que o deputado leve para a ALEP o calendário das conferências para que os
128 deputados participem escutando o que a população tem a dizer. Margit do
129 IAP/Sema pergunta se a assembleia passará a fazer os congressos

130 periodicamente, ao que o deputado Palozi responde afirmativamente. Elsidio
131 Cavalcante da Adeop diz que gostaria que fossem incluídas as entidades de ATER
132 governamentais e não governamentais como publico do congresso. Leitão do MDA
133 sugere incluir as políticas de acesso a terra, uma vez que no lançamento do Plano
134 Safra o MDA ficou com a responsabilidade de construir um novo Plano de Reforma
135 Agrária, além de propor mudanças no crédito fundiário. Miriam retoma os
136 encaminhamentos referentes a realização das conferências, abrindo a palavra para
137 questionamentos e sugestões. O Professor Rogério, representante dos professores
138 universitários na Câmara de ATER, sugere que as dez vagas de delegados da
139 conferencia estadual, destinadas aos núcleos de extensão seja definida exatamente
140 para professores das áreas de extensão e desenvolvimento rural, uma vez que os
141 núcleos tem participação de outros profissionais das universidades, mas quem
142 possui o acumulo em relação à temática da ATER são de fato professores das
143 áreas de extensão e desenvolvimento rural. Margit apresenta a duvida de como
144 identificar esses núcleos de extensão, informa ainda, que existem APAs estaduais,
145 contribuindo para a arrecadação dos municípios, com o ICMS Ecológico e que
146 possuem conselhos formados. A participação desses conselheiros nas conferencias
147 é importante, pois poderão propor uma melhor participação dos municípios com o
148 uso o recurso arrecadado para projetos de ATER, contratação de técnicos, seja
149 direta pelas prefeituras ou convênios. Em relação à identificação dos núcleos de
150 universidades Miriam e Leitão relatam a realização de reunião com as
151 universidades que tem projetos de extensão, envolvendo doze instituições de
152 ensino. Benedito da Emater ressaltou que as conferencias foram decididas no
153 Paraná em função de calendários nacionais e que as comissões organizadoras
154 andaram contra o tempo, começando a trabalhar com as conferencias municipais já
155 acontecendo. Mas a integração das equipes de SAN e ATER está sendo positiva
156 para o Paraná. Já foram realizadas mais de oitenta conferencias municipais no
157 estado do Paraná. Especificamente no que diz respeito a conferencia de ATER,
158 teremos todo o segundo semestre deste ano destinado à lapidação do que for
159 construído nas conferencias regionais. José Leitão do MDA acrescenta à definição
160 proposta pelo Professor Rogério que sejam núcleos de desenvolvimento rural e
161 agroecologia, por que a ATER está cada vez mais pautada em sustentabilidade
162 agroecológica e temos que trazer a academia para este debate. Informa ainda que
163 está marcado para julho evento para discutir sobre produção de leite, ou alimentos
164 para alimentação animal com diversos professores sinalizando a sua participação.
165 O que se quer é aproximar a universidade da extensão rural, então temos que
166 garantir mecanismos de tê-los dentro das conferencias regionais e da conferencia
167 estadual. Miriam coloca para apreciação do plenário a proposta do professor
168 Rogerio e do Leitão, ficando definidas dez vagas para professores universitários da
169 área de extensão, desenvolvimento rural e agroecologia. Miriam submete à plenária
170 a planilha com a distribuição de cotas e o manual que foi encaminhado para os
171 conselheiros, a partir do qual será elaborado o regimento interno, sendo aprovado
172 sem mais observações. **7. Informações sobre o PPA – DESAN/SEAB** Valeria
173 Nitsche informa entre outras questões sobre a modalidade convênio, operada pelo
174 estado desde dois mil e quatro, totalizando em dois mil e catorze, o atendimento a
175 quinze mil duzentos agricultores familiares, quatro mil entidades beneficiárias e um
176 total de noventa e quatro milhões de reais. Com o fim desta modalidade pelo
177 governo federal, o Paraná optou pelo termo de adesão mista, e hoje tem o papel de
178 capacitação e monitoramento, além de contribuir para que o programa alcance seus
179 objetivos. Não tem mais obrigação ou vinculo direto com o programa, mas
180 continuará dando suporte aos municípios. Valeria informa que tem recebido muitos
181 ofícios de prefeituras e câmaras de vereadores, reclamando que depois que o

182 programa veio para a SEAB o processo ficou muito burocrático. Contudo,
183 independente da instituição estadual em que o programa esteja, continuará sendo
184 burocrático, uma vez que as regras são estabelecidas pelo governo federal.
185 Destaca a importância do controle social, devendo os projetos ser analisados e
186 aprovados pelos conselhos, e que para isso o programa reconhece os conselhos de
187 segurança alimentar e nutricional, em não havendo este pode ser o conselho de
188 desenvolvimento rural e, por último, o conselho da assistência social. Em anexo
189 segue a apresentação da Valeria, com mais informações referentes ao programa.
190 Lucia Buzato dos Colegiados Territoriais e representante da Pastoral da Criança no
191 Território Vale do Ivaí, diz se preocupar pela falta de recursos para fazer o trabalho
192 com alimentação junto a população em situação de vulnerabilidade social. Denuncia
193 que o programa é complexo, burocrático e os municípios estão encontrando
194 dificuldades para acessar. Boa parte dos conselhos municipais de segurança
195 alimentar e nutricional e de desenvolvimento rural estão inativos. No conselho de
196 assistência social, é muito burocrático o processo de registro das instituições
197 sociais. Questiona de que maneira o CEDRAF poderia contribuir para resolver
198 essas dificuldades. É necessário que o estado intensifique a capacitação nos
199 municípios, além de fortalecer os núcleos regionais da SEAB para dar orientação
200 localmente. Também é necessário preparar os agricultores e proporcionar outros
201 espaços de comercialização, para que eles não fiquem a mercê deste programa.
202 Nilton – Rede Ecovida observa que a proposta era fazer uma avaliação do PAA no
203 estado e conhecer o que está acontecendo. São duas entidades importantes que
204 operam o programa e gostaria de saber o que a SETP e a CONAB executaram o
205 ano passado e hoje. Pergunta se a Conab tem alguma coisa para apresentar e
206 Thamisis Piaskowski da Conab informa que o desempenho deste ano no Paraná
207 está baixíssimo e que no ano passado a CONAB executou a quantia de oito milhões
208 e novecentos mil reais. Para os projetos que vem sendo operados com a nova
209 normativa desde o ano passado, receberam dezesseis milhões, mas neste ano até
210 agora nenhuma operação foi realizada, devido às dificuldades orçamentárias. Alerta
211 para as mudanças sobre a cota mínima para panificados e a terceirização de
212 serviços que não pode mais haver. O TCU entende que o recurso está indo para um
213 público que não é alvo do programa, e dessa maneira, caso entre no projeto
214 produtos minimamente processados, além das exigências sanitárias normatizadas,
215 não aceitarão se forem terceirizados. Rogério da Silva representante da Amp e
216 Prefeito de Mallet, reclama da forma de gestão do programa ficando para os
217 municípios todas as responsabilidades para operar. É feita toda uma política
218 pública, que na prática acaba deixando o agricultor de fora, em função da
219 burocracia. Alerta que se o CEDRAF, juntamente com os conselhos dos demais
220 estados não se unir em defesa do programa, é possível que ele não entre em
221 operacionalização e os agricultores familiares ficarão sem a oportunidade de
222 acessar essa política pública. Cyro do Inkra, sugere ao Cedraf redigir um
223 documento expondo o que foi relatado ao grupo gestor do PAA. Não podemos
224 desistir dessas políticas públicas que alinhavam os interesses da agricultura familiar
225 com a segurança e a soberania alimentar, que estão sendo copiadas e premiadas
226 mundialmente. Na opinião de Bernardo da Fetraf é preciso pautar propostas e
227 realmente fazer isto acontecer, não ficando apenas no âmbito do governo federal,
228 mas envolvendo o governo estadual e os municípios. Paulo Brizola do CCA, Elsidio
229 do Fórum de entidades de ATER, Ailton Santos da SFA/MAPA, Marcos da Fetaep e
230 Ivori Fernandes da Unicafes apoiaram o encaminhamento sugerido por Cyro. Nilton
231 da Rede Ecovida reforça a necessidade de a SETP (agora SEAB) e a CONAB
232 disponibilizarem dados precisos sobre o programa e o relato das dificuldades para a
233 operacionalização visando subsidiar e aprofundar a discussão sobre o tema. Propõe

234 formar um grupo de trabalho que envolva representação do legislativo, executivo e
235 entidades de agricultura familiar para se discutir em Brasília no MDS, enquanto
236 Cedraf e Paraná, vendo as dificuldades e como podemos avançar e também
237 conversar com a TCU chamando-o no CEDRAF para ouvir as entidades.
238 Considerando tudo que foi apresentado Miriam acata a formação do grupo de
239 trabalho e questiona quais entidades poderiam fazer parte, sugerindo que o mesmo
240 se organize no sentido de ter os dados que precisa ter, se preparar com um
241 conteúdo bem elaborado inclusive com propostas, para então convidar o TCU para
242 vir em uma reunião do Cedraf, além de fazer contatos com entidades federais como
243 MDS, Condraf, Comitê gestor do PAA. Ressalta a sugestão da Valeria de que essa
244 discussão apareça nas conferências e destaca a importância dos conselhos
245 municipais como Consea e CMDR estarem ativos, uma vez que as políticas de SAN
246 e ATER tem como princípio o controle social nos conselhos municipais. Se
247 pronunciaram para compor o grupo de trabalho o Incra, CCA, Emater, Prefeito de
248 Mallet, Fetraf, Unicafe, Fetaep, Fepar, Colegiados Territoriais, Seab. **8. PNAE**
249 Márcia Stolarski, da SEED, discorre sobre o andamento do PNAE Estadual em
250 função da greve dos professores e do ajuste do calendário escolar. Foi
251 encaminhado às associações e cooperativas informação autorizando a entrega de
252 produtos contratados e provenientes da agricultura familiar nas semanas dois, três e
253 quatro do mês de julho e na semana um de dezembro. Destaca que as
254 organizações devem entregar nas escolas somente as quantidades pendentes,
255 sendo solicitado um rigoroso levantamento em cada mês e grupo de alimentos por
256 escola de modo que as mesmas não ultrapassem o contratado. Já esta sendo
257 organizada a chamada pública para dois mil e dezesseis, e se preocupa com o
258 próximo edital uma vez que o estado vinha acumulando recurso de repasses de
259 anos anteriores que terminam em dois mil e quinze. Outra questão diz respeito ao
260 não aumento do valor per capita pelo governo federal, desde dois mil e dez, que é
261 de trinta centavos ao dia por criança e o fato de que o Paraná tem comprado muito
262 alimento orgânico, pagando trinta por cento a mais. Hoje, dos quarenta e seis
263 milhões disponíveis, vinte e cinco por cento está em alimentos orgânicos. Marcia
264 alerta que quanto mais produto orgânico comprar, menor será o volume de
265 alimentos. Marcia chama a atenção dos conselheiros sobre a necessidade de
266 recomposição do valor repassado pela união aos estados, assim como um valor
267 diferenciado para quem adquire da agricultura familiar. Se comparar o alimento
268 adquirido pelo pregão eletrônico com o comprado da agricultura familiar este tem
269 um custo de até oitenta por cento mais caro. Outro aspecto importante a ser
270 observado é que além de não haver atualização está havendo um decréscimo no
271 valor repassado. Nilton reclama que os agricultores familiares perderam produtos e
272 que a reposição das quatro semanas ainda não é suficiente para atender o que foi
273 planejado, sugerindo um aumento no prazo ou no volume a ser entregue nas
274 escolas. Marcia esclarece que não poderá adquirir quantidades além do que os
275 alunos serão capazes de consumir. Cyro questiona sobre o custo total por aluno e
276 Marcia esclarece que o valor repassado aos estados é igual ao dos municípios,
277 sendo o dobro para alunos indígenas, quilombolas e de tempo integral. Hoje metade
278 do custo do programa é responsabilidade da união e a outra metade do estado,
279 sendo que este não coloca alimentos, mas transporte, armazenamento, pagamento
280 de pessoal, equipamentos e utensílios. Brizola da CCA denuncia que os custos
281 operacionais estão muito altos para as cooperativas. Uma empresa tem como
282 repassar o custo, mas os agricultores trabalham com um preço fixado para o ano
283 todo. Marcia se prontificou em encaminhar uma minuta para o grupo de trabalho do
284 PAA, em relação aos reajustes dos valores repassados pelo governo federal. Nilton
285 Agnes ainda levanta a questão do crédito, a ser negociada com o MDA, tendo em

286 vista que ocorrerão dificuldades para pagamento e a necessidade de renegociar
287 dívidas e propõe a organização de uma comissão para negociar com a delegacia do
288 MDA, para a qual se prontificaram Rede Eco Vida, FETAEP, CCA, FETRAF,
289 UNICAFES. **9. Informações sobre Web Conferência do Plano Safra 2015/16**
290 **para a Agricultura Familiar:** Osmar Schultz informa sobre a realização da Web
291 Conferência, em conjunto com a Delegacia MDA, SEAB, Emater, Banco do Brasil e
292 Fetaep, para divulgação do Plano Safra 2015/16. Além de divulgar as informações
293 do Plano, tem o objetivo de discutir o crédito como política pública essencial para o
294 desenvolvimento rural. No ano passado a Web conferência atingiu
295 aproximadamente dois mil agentes, além de outras reuniões presenciais, mas o
296 esforço tem sido insuficiente para chegar aos agricultores familiares. Na safra
297 passada foram realizados cento e cinquenta e três mil operações de crédito no
298 Pronaf e esse numero não muda desde o ano de dois mil e seis. Se analisarmos
299 que existem duzentos e três mil DAPs no estado do Paraná, se tiver um contrato
300 por agricultor, cento e cinquenta mil famílias ficam sem acessar o crédito rural. Alem
301 disso tem muito agricultor que não tem DAP e agricultores que tem mais de um
302 contrato, ampliando ainda mais este numero. O público a ser envolvido na web são
303 membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR, agentes
304 das Prefeituras Municipais, Secretaria da Agricultura, entidades sindicais, entidades
305 ATER (oficial e privada), entidades financeiras, cooperativas e associações de
306 agricultores, líderes/representantes das comunidades rurais, entre outras. A
307 expectativa é envolver quatro mil agentes em setenta e cinco salas de recepção no
308 Estado, fazer inclusão de cinquenta mil beneficiários. A programação será realizada
309 no dia sete de julho, com a transmissão partindo da Emater. Para a conferência dar
310 certo tem que ter que haver mobilização dos agentes, comprometimento das
311 entidades envolvidas, ações de mobilização nos municípios e comunidades rurais.
312 Osmar pede apoio dos conselheiros para divulgar a web conferência, para
313 despertar nas pessoas o interesse para discutir o credito rural. Os endereços das
314 salas de recepção serão informados posteriormente através de mensagem
315 eletrônica. **10. Projetos aprovados no PRORURAL** Jefferson Meister compartilhou
316 o resultado do edital do chamamento publico para apoio às propostas do negocio de
317 agricultura familiar. São recursos que estão no programa estadual PRORURAL,
318 financiado com metade do recurso proveniente do estado e metade banco mundial.
319 Objetiva apoiar financeiramente empreendimentos produtivos para geração de
320 trabalho e renda, através de convenio para repasse de recursos não reembolsáveis
321 às associações dos agricultores familiares. O edital de chamamento já foi
322 apresentado aos conselheiros, e ainda poderá ser acessado no site da SEAB.
323 Foram apresentadas vinte e oito propostas, vinte e sete habilitadas
324 documentalmente e vinte e cinco aprovadas tecnicamente. As principais cadeias
325 produtivas envolvidas em cada proposta foram olericultura (doze propostas), cinco
326 para leite, três para fruticultura, duas para mel e cultivos florestais, além de grãos,
327 turismo rural, aves e flores com uma proposta cada, uma proposta para comunidade
328 indígena e uma para comunidade quilombola. Em média o apoio solicitado por
329 associação foi de duzentos e trinta mil reais, totalizando em torno de dez milhões e
330 cento e quarenta mil. Deste valor cinquenta e sete por cento são apoio do estado e
331 quarenta e três por cento é contra partida financeira ou não. Estão sendo envolvidos
332 um mil, trezentos e noventa e cinco agricultores familiares, em propostas
333 distribuídas geograficamente para o Território Integração Norte Pioneiro, com
334 quatro; duas no Vale do Ivaí; quatro nos Caminhos do Tibagi; seis no Paraná
335 Centro; duas no Cantuquiriguaçu; duas no Centro Sul; duas no Vale do Iguaçu e
336 três no Vale do Ribeira. Jefferson destacou que foi observada pouca consistência
337 técnica nos projetos apresentados pelas associações, havendo a necessidade de a

338 secretaria da agricultura junto com assistência técnica, organizações e beneficiários
339 qualificar as propostas para assim formalizar os convênios. Está prevista a
340 contratação de consultoria para fazer um processo de capacitação das lideranças
341 associações. Paulo Hidalgo diretor técnico da Emater e Nilton da Ecovida destacam
342 a importância de fortalecer as organizações dos agricultores familiares e organizar a
343 ATER nos municípios visando potencializar este serviço. **8 Assuntos gerais** Maciel
344 Machado da Embrapa apresenta os técnicos do IAPAR que juntamente com ele
345 fazem parte do Projeto Uso e Conservação da Araucária na Agricultura Familiar,
346 promovendo a integração com a erva mate por se tratar de um plantio do sub
347 bosque da mata de Araucária. O projeto é uma articulação entre Embrapa, Epagri,
348 Iapar, e outras entidades governamentais e não governamentais e está em fase
349 final, sendo que existe uma preocupação sobre a continuidade do mesmo. Está
350 prevista para setembro a realização do terceiro Seminário de Caracterização dos
351 Sistemas de Produção Tradicionais e Agroecológicos da Erva Mate de Agricultores
352 Familiares do Paraná e Santa Catarina para o qual solicita apoio financeiro, entorno
353 de quinze mil reais, da SEAB, MAPA, MDA, do Cedraf para participar diretamente
354 na constituição desse esse evento. Maciel solicita para colocar este assunto na
355 próxima reunião do Cedraf para discutir mais detalhadamente. Alexandre Leal
356 representante da Juventude informa que acontecerá em dezesseis de julho um dia
357 de campo de bonivicultura de leite para juventude rural em Iporã, organizado pela
358 Fetaep, em parceria com o Senar e Emater entre outros que são da região. **9**
359 **Encerramento.** Sem mais nada a declarar Miriam, Secretária Executiva do
360 conselho, encerrou a reunião agradecendo a presença dos conselheiros.

361

362

363

364 _____
Miriam Fuckner

365 Secretária Executiva do Cedraf

Norberto Anacleto Ortigara

Presidente do Cedraf